



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Maricosa – OAB/MG 130.639.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarciso de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Marcel Jaquele Oliveira Leme Amari – OAB/MG 103.442.
Nívea Andreia de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Estagiário.
Débora Luis dos Santos Costa – Estagiária OAB/MG 43.337E.
Marina Helena Vieira da Silva – Estagiária OAB/MG 41.678E.
Mateus de Souza Silveiro – Estagiário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estagiário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estagiária OAB/MG 43.286E.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOIEIRO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -

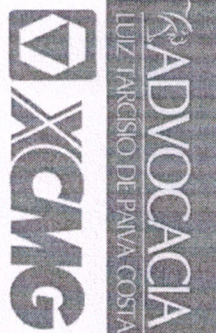
PREGÃO PRESENCIAL: 014/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 209.263/17
OBJETO: Aquisição de Máquina Motoniveladora e Rolo Compactador para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Vacaria/RS.

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. ("IMPUGNANTE"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR 381, KM 854, Sem Número, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37550-000 (**Contrato Social**), vem, perante Vossa Senhoria, por intermédio de seus procuradores "in fine" assinados e devidamente constituídos (**Procuração**), na forma e prazo legal, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

contra patente nulidade do instrumento convocatório, porquanto restringe a participação dos interessados, o que faz pelos fundamentos de fato e direito que passa a articular:

Advocacia Luiz Tarciso de Paiva Costa
Rua Raquel de Paula Ribeiro, nº 265 – Bairro Santa Eliza – Pouso Alegre (MG) – CEP: 37550-000
Telefones: (35) 3422-1727 | (35) 3423-0797.



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Maricosa – OAB/MG 130.639.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarciso de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Marcel Jaquele Oliveira Leme Amari – OAB/MG 103.442.
Nívea Andreia de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Estagiário.
Débora Luis dos Santos Costa – Estagiária OAB/MG 43.337E.
Marina Helena Vieira da Silva – Estagiária OAB/MG 41.678E.
Mateus de Souza Silveiro – Estagiário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estagiário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estagiária OAB/MG 43.286E.

RAZÕES QUE JUSTIFICAM E IMPÕEM A PROCEDÊNCIA DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL:

- A Prefeitura Municipal de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul ("IMPUGNADA") deflagrou procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma Presencial, do tipo Menor Preço por item, registrado sob o número 014/2017, tendo por objeto aquisição de Máquina Motoniveladora e Rolo Compactador para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Vacaria/RS, de acordo com as disposições constantes do edital e seus anexos.
- Interessada em participar do certame, a IMPUGNANTE tem seu intento frustrado perante as imperfeições do instrumento convocatório, que, via de consequência, impõem a **suspensão da licitação, visando sua alteração**, sob pena de se levar a efeito certame sujeito a futura anulação, comprometendo a segurança jurídica do contrato administrativo perseguido.
- Dando efetividade ao princípio da legalidade (cf. art. 37, caput, da CF/88), os artigos 3º, 4º e 41 da Lei n. 8.666/93 garantem a todos quantos participem de licitações públicas o **direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na Lei**, especialmente quanto à promoção da máxima competitividade factível entre os interessados, na busca pela proposta mais vantajosa.
- Entretanto, surge claro e inofismável que a Administração furtou o caráter competitivo do certame ao estabelecer Rolo Compactador com as

Advocacia Luiz Tarciso de Paiva Costa
Rua Raquel de Paula Ribeiro, nº 265 – Bairro Santa Eliza – Pouso Alegre (MG) – CEP: 37550-000
Telefones: (35) 3422-1727 | (35) 3423-0797.

características semelhante aos modelos CP54B e ASC11D, das marcas Caterpillar e Ammann, respectivamente, o que em termos práticos predetermina provável vencedor, em detrimento aos preceitos da legislação de regência.

- Entretanto, com a manutenção das referidas exigências, a competitividade pretendida e a melhor contratação almejada restarão indubitavelmente comprometidas, motivo pelo qual a IMPUGNANTE investe-se contra os termos do Edital e seus anexos, o que o faz por meio da presente manifestação.

II. CONDIÇÕES DISCRIMINATÓRIAS FUNDADA EM CRITÉRIOS NÃO PERTINENTES E/OU NÃO RELEVANTES PARA O OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, instaurou processo administrativo sob o número 209.263/17, tendo por intento adquirir Máquina Motoniveladora e Rolo Compactador para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Vacaria/RS, com a finalidade precípua de adensar terra e outros tipos de terrenos.

Para tanto, o presente certame, mormente no 'lote 02 - Rolo Compactador Vibratório', prescreve que o Equipamento atender-se-á, dentre outros, a seguinte especificidade:

"1.) ÂNGULO DE DIREÇÃO/ARTICULAÇÃO (349) e AMPLITUDE DE VIBRAÇÃO NOMINAL (Alto/Baixo) (1,7/0,8mm) (...)"

Senhor Pregoeiro, conforme se observa a especificação no item supra revela-se desnecessária e inadequada a efetivar a finalidade do bem, em detrimento do caráter competitivo, isto porque, a todo sentir, instrui-se a não selecionar proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares.

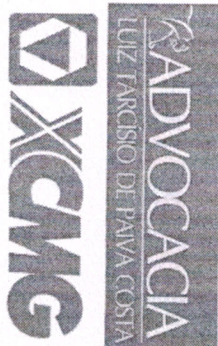
Ademais, excessiva e desproporcional é a especificação técnica alusiva ao ângulo e amplitude, porquanto assegura discriminação desproporcional a obtenção da contratação mais vantajosa, pois furta o caráter competitivo do certame, na torpe tentativa de, reitera-se, beneficiar alguns particulares.

Ora, o ângulo de direção e amplitude de vibração, conforme já evidenciado, mostra-se demasiadamente aquém, e, via de consequência, incompatível com os processos consagrados e praticados pelos fabricantes nacionais.

É notório, no entanto, que os equipamentos convencionais existentes no mercado brasileiro, embora não atendam a especificação constante na cláusula adrede, desempenham exatas funções, configurando-se adequados a satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato.

À vista do exposto, o ato convocatório em debate necessita de reforma nestes quesitos, eis que contempla Rolo Compactador com especificação abaixo do necessário para assegurar a boa execução do futuro contrato, e, via de consequência, tem o condão de impossibilitar a participação de interessados ou gerar efeitos aptos a acarretar a derrota de um licitante.

Ora, em que pese o objeto lícito exigir a adoção de tratamento discriminatório, isso não implica em autonomia à Administração para consagrar restrição



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marinho – OAB/MG 130.639.
Luz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luz Tarcísio de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Marlei Jaqueline Oliveira Leme Amaral – OAB/MG 103.442.
Nives Andrezza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Estagiário.
Odeirza Luis dos Santos Costa – Estagiária.
Marina Helena Vieira da Silva – Estagiária OAB/MG 43.337E.
Mareus de Souza Silveiro – Estagiário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estagiário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estagiária OAB/MG 41.286E.

excessiva, vez que esta deve atender-se as especificações mínimas necessárias a fim de assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa.

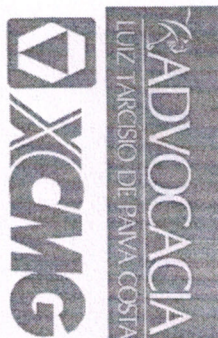
Para tanto, imprescindível é a compatibilidade entre a restrição do objeto com o fim a qual ele se destina, e, portanto, deve a Administração justificar, de modo fundamentado, não apenas a necessidade de discriminar, mas também o limite mínimo da discriminação. O que, frisa-se, não foram observados no presente certame.

Destarte, destinando-se os produtos a adensar terra e outros tipos de terrenos, é notório que os equipamentos convencionais existentes no mercado brasileiro, embora não atendam a especificação supra desempenham exatas funções, configurando-se adequados a satisfação do fim a que se destinam.

Ante o exposto, deve ser dado procedência a presente Impugnação para ser retificar a descrição supra, sob pena de se caracterizar direcionamento de instrumento licitatório por restrição excessiva.

III. DO DIRECIONAMENTO DA PRESENTE LICITAÇÃO PARA OS PRODUTOS DAS MARCAS CATERPILLAR/AMMANN:

Ressalta-se que as excrecências jurídicas não se restringem as conjecturas acima, mesmo porque as especificações constantes no "Termo de Referência" evidenciam, a todo sentir, que o presente certame está direcionado à duas empresas, porquanto consagra produto exclusivo da fabricante Caterpillar e Ammann, conforme depreende dos fatos que passa a articular.



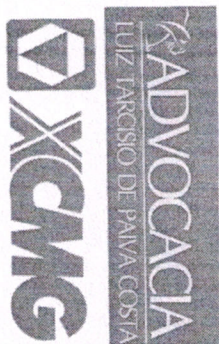
Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marinho – OAB/MG 130.639.
Luz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luz Tarcísio de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Marlei Jaqueline Oliveira Leme Amaral – OAB/MG 103.442.
Nives Andrezza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Estagiário.
Odeirza Luis dos Santos Costa – Estagiária.
Marina Helena Vieira da Silva – Estagiária OAB/MG 43.337E.
Mareus de Souza Silveiro – Estagiário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estagiário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estagiária OAB/MG 41.286E.

O Lote 02 do "anexo II – FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA" prescreve que o Rolo Compactador Vibratório perseguido guardar-se-á as seguintes especificações:

seguintes especificações:

"Unidade de ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, 0km, equipado com cilindro fixo e kit potes completo (cilindro pé de carneiro), uno/modelo 2017 ou superior, contendo os seguintes requisitos mínimos:

- GERAL
- PESO DO EQUIPAMENTO (10.400kg)
- VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO (05km/h)
- ÂNGULO DE DIREÇÃO/ARTICULAÇÃO (34º)
- ÂNGULO DE OSCILAÇÃO (08º)
- VIBRAÇÃO E COMPACTAÇÃO
- AMPLITUDE DE VIBRAÇÃO NOMINAL (Alto/Baixo) (1,7/0,8mm)
- ANALISADOR OU MEDIDOR PARA CONTROLE DE COMPACTAÇÃO (SIM)
- FREQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO (30Hz)
- FORÇA CENTRÍFUGA/IMPACTO (Alto/Baixo) [234kN (23.860kgf)/133kN (13.560kgf)]
- CABINE
- ROPS/FOPS (SIM)
- MOTOR
- MOTOR DIESEL DE POTÊNCIA NOMINAL (110HP)
- CAPACIDADES DE ABASTECIMENTO
- RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL (240L)
- DIMENSÕES
- ALTURA DO EQUIPAMENTO (3.000mm)
- LARGURA MÁXIMA DO EQUIPAMENTO (2.324mm)
- (Único item com descrição máxima. Justifica-se essa solicitação tendo em vista que a máquina tem que ser transportada por caminhão com capacidade de transporte nesse medida.
- COMPRIMENTO DO EQUIPAMENTO (5.600mm)
- LARGURA DO CILINDRO (2.130mm)
- DIÂMETRO DO CILINDRO (1.500mm)
- ESPESURA DA CHAPA DO CILINDRO (25mm) [...]"



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marinho – OAB/MG 130.639.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarciso de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Mairiel Jaqueline Oliveira Leite Amaral – OAB/MG 103.442.
Nivea Andreza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Estágio II.
Ondara Luis dos Santos Costa – Estágio II.
Marina Helena Vieira da Silva – Estágio II. OAB/MG 43.337E.
Mateus de Souza Silveiro – Estágio II. OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estágio II.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estágio II. OAB/MG 43.286E.

Conforme se observa os modelos CP54B, da marca Caterpillar (doc. 01 – Folder de Apresentação) e ASC110D, da Marca Ammann (doc. 02 - Folder de Apresentação) possui especificações idênticas aquelas exigidas pelo Edital, o que em termos práticos predetermina provável vencedor, em detrimento aos preceitos da legislação de regência.

Não obstante, em análise aos produtos existentes no mercado brasileiro (doc. 03 – Tabela Comparativa), verifica-se, pois, que as fabricantes Caterpillar e Ammann são as únicas empresas aptas a atende este Órgão, porquanto a referida descrição é exclusiva de seus modelos CP54B e ASC110D, respectivamente. O que comprova o direcionamento do referido certame.

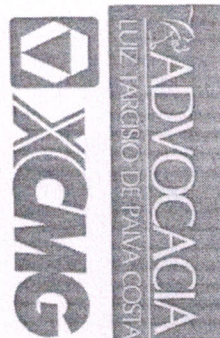
Destaca-se, outrossim, que os indícios de direcionamento não se resumem as hipóteses supra, porquanto é forçoso concluir que a Administração sucedeu com as especificidades mínimas dos produtos da marca Caterpillar.

Ante o exposto, exsurge claro e insofismável que a Administração Pública direcionou o Edital ao exigir as especificidades mínima das fabricantes Caterpillar e Ammann, notadamente dos modelos CP54B e ASC110D, na torpe tentativa de consagrar seus interesses particulares.

IV. FUNDAMENTO DE DIREITO QUE IMPÕE A PROCEDENCIA DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

4.1. PREMISSAS E PRINCÍPIOS BÁSICOS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS:

Convém, inicialmente, lembrar que é pressuposto inquestionável do Estado Democrático de Direito a sua subordinação ao ordenamento jurídico vigente e, como



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marinho – OAB/MG 130.639.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarciso de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Mairiel Jaqueline Oliveira Leite Amaral – OAB/MG 103.442.
Nivea Andreza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Estágio II.
Ondara Luis dos Santos Costa – Estágio II.
Marina Helena Vieira da Silva – Estágio II. OAB/MG 43.337E.
Mateus de Souza Silveiro – Estágio II. OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estágio II.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estágio II. OAB/MG 43.286E.

notório, no âmbito da Administração Pública, tal pressuposto se traduz na observância dos seguintes princípios (grifo nosso):

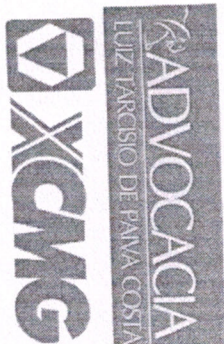
Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

No âmbito específico das licitações e contratos administrativos, a Lei n. 8.666/93 consagrou expressamente em seu artigo 3º os seguintes princípios (grifo nosso):

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a lei e com os princípios inerentes. Das premissas licitatórias extra-se a seguinte fórmula, que deve sempre ser almejada pela Administração Pública: busca da proposta mais vantajosa para a Administração por meio de procedimento formal em que fiquem asseguradas a isonomia e a competitividade.

Portanto, a licitação é um procedimento informado, também, e principalmente, pela ideia de competição. Esse é o norte da atividade administrativa licitatória, que deve sempre estimular o incremento da disputa. Assim, se ao administrador socorrerem duas condutas, deverá sempre optar por aquela que favoreça a ampliação do universo de competidores, sob pena de ferir o interesse público, os princípios supramencionados e a legislação.



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marreiros – OAB/MG 130.639.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarcísio de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Marlei Jaqueline Oliveira Leme Amari – OAB/MG 103.442.
Nívea Andreza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.359.
Adão José Fernandes Junior – Estagiário.
Debora Luis dos Santos Costa – Estagiária OAB/MG 43.337E.
Marina Helena Vieira da Silva – Estagiária OAB/MG 41.678E.
Mareus de Souza Silveiro – Estagiário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estagiário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estagiária OAB/MG 43.286E.

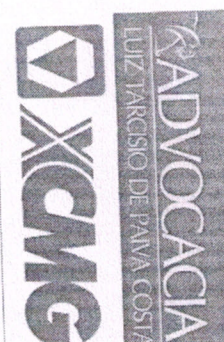
Com a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL demonstrar-se-á que as condições do instrumento convocatório estão limitando a competitividade, reduzindo drasticamente a possibilidade de obter a melhor proposta, haja vista redução do universo de competidores.

As exigências que adiante serão devidamente explicitadas não são apenas ilegais, mas, também, desnecessárias e restritivas à competição, o que é rechaçado pela jurisprudência (Grifo nosso):¹.

As regras do edital de licitação devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes a fim de que seja possibilitado se encontrar entre as propostas a mais vantajosa.

O Tribunal de Contas da União também pondera sobre o tema:

- A matéria envolve o cotejo de dois preceitos inerentes às licitações públicas, ambos com sede constitucional: a comprovação da habilitação para contratar com a Administração e o princípio da competitividade.
- A Administração tem o dever de se proteger de interessados não capacitados a prestar o serviço ou realizar a obra objeto da licitação. Por isso, a Lei de Licitações e Contratos prevê a fase de habilitação, na qual os interessados devem comprovar os requisitos exigidos no edital. Nesta, a Administração deve impedir a participação daqueles sem condições de cumprir o objeto.
- Por outro lado, a igualdade de condições nas licitações é princípio de estrutura constitucional (cf. art. 37, XXI, da CR/88). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas “as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”) e no § 14, inc. I, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório.



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marreiros – OAB/MG 130.639.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarcísio de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Marlei Jaqueline Oliveira Leme Amari – OAB/MG 103.442.
Nívea Andreza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.359.
Adão José Fernandes Junior – Estagiário.
Debora Luis dos Santos Costa – Estagiária OAB/MG 43.337E.
Marina Helena Vieira da Silva – Estagiária OAB/MG 41.678E.
Mareus de Souza Silveiro – Estagiário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estagiário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estagiária OAB/MG 43.286E.

Portanto, as exigências previstas na fase de habilitação não podem ser tais a ponto de impedir a participação daqueles que teoricamente estariam aptos a prestar o serviço ou executar a obra.

No dizer de Marçal Justen Filho (‘Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos’, 12ª edição, pg. 80), ‘o disposto [no art. 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93] não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas.

Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação? (Grifo nosso).

As restrições adiante apontadas, caso ignoradas pelo d. Pregoeiro, implicarão na lesividade ao interesse público, vez que o escopo da licitação é ofertar com vantagem e economicidade, o que apenas um universo amplo de competição traz para a Administração.

O Superior Tribunal de Justiça consagrou no tocante à ampla competitividade inerente às licitações públicas²:

é certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla

¹ 2 STJ. Mandado de Segurança n.º 5.606/DF. STJ. Rel. Min. José Delgado. D. 10.08.98.

² TCU. Acórdão 241/2005. Plenário. Relator Ministro Marcos Vinícius Vilela. DOU 24/03/05.
³ Recurso Especial n.º 361736/SP, DJ de 31/3/03, p. 00196. Min. Francisco Netto.

participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p. 335). Recurso especial não conhecido.

O próprio legislador estabeleceu que o caráter competitivo constitui um princípio essencial da licitação, sem o qual a seleção da proposta mais vantajosa estará derradeiramente prejudicada. A competitividade, desse modo, é essencial à lógica interna do procedimento licitatório, sendo que onde não há competição, não há licitação, conforme orientação doutrinária⁴.

Cabe ali um dos princípios fundamentais da licitação, que é o da oposição ou da competitividade, tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltam a competição (ou oposição) entre os concorrentes, faltarão a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo.

Acrescentando-se, cite-se como inarredável a observância ao princípio da impessoalidade, com relação ao qual Celso Antônio Bandeira de Mello esclarece o sentido⁵:

Nele se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimentes. Nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie.

Toda agressão ao princípio da impessoalidade, ainda que indiretamente, implicará desrespeito às regras de isonomia, já que ao deferir privilégios, mesmo que

⁴ MUKAI, Toshio. Estatutos jurídicos de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 19.

⁵ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo, 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 114; vide também: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 66.

indiretos, a Administração deixará de tratar a todos segundo os mesmos padrões, nos termos impostos pela Constituição da República.

De fato, a igualdade de oportunidades nas licitações foi consagrada na própria Constituição e configura conquista democrática essencial ao exercício pleno das garantias constitucionais, como bem destaca José dos Santos Carvalho Filho:

A se permitir a livre escolha de determinados fornecedores pelo administrador, estariam aliados todos os demais, o que seria de se lamentar, tendo em vista que, em numerosas ocasiões, poderiam eles apresentar à Administração melhores condições de contratação.

Na hipótese vertente, as exigências habilitatórias inadequadas afastarão a participação de grande parte dos interessados, sem nenhuma eficiência compensatória relevante aos interesses licitados, conforme será adiante pontualmente demonstrado.

4.2. DA RESTRIÇÃO ILEGAL À COMPETITIVIDADE POR EXCESSO DE RESTRIÇÕES (exigências desnecessárias):

Assentes as premissas básicas que devem nortear a estipulação das regras licitatórias, fica evidente a ilegalidade do edital no que se refere a um dos aspectos mais essenciais da estipulação de regras licitatórias, qual seja, a especificação do objeto licitado.

Veja que “anexo II – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta”, mormente no Lote 02, exigiu especificação técnica que se afigura desnecessária e excessiva com relação a restrição do objeto perseguido com o fim a qual ele se destina:

Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marrota – OAB/MG 130.639.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarciso de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Mireli Jaqueline Oliveira Leme Amaral – OAB/MG 103.442.
Nivia Andrezza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.349.
Adão José Fernandes Junior – Estagiário.
Debora Luis dos Santos Costa – Estagiária OAB/MG 43.337E.
Marina Helena Vieira da Silva – Estagiária OAB/MG 41.678E.
Mateus de Souza Silveiro – Estagiário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estagiário.
Thais Natere Souza dos Reis – Estagiária OAB/MG 43.286E.

“Unidade de ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, 0km, equipado com cilindro fixo e kit patas completo (cilindro pé de carneiro), ano/modelo 2017 ou superior, contendo os seguintes requisitos mínimos:

- GERAL
- PESO DO EQUIPAMENTO (10.400kg)
- VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO (05km/h)
- ÂNGULO DE DIREÇÃO/ARTICULAÇÃO (34º)
- ÂNGULO DE OSCILAÇÃO (08º)
- VIBRAÇÃO E COMPACTAÇÃO
- AMPLITUDE DE VIBRAÇÃO NOMINAL (Alto/Baixo) (1, 7/0,5mm)
- ANALISADOR OU MEDIDOR PARA CONTROLE DE COMPACTAÇÃO (SIM)
- FREQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO (30Hz)
- FORÇA CENTRÍFUGA/IMPACTO (Alto/Baixo) (234kn (23.860kgf)/133kn (13.560kgf))
- CABINE
- ROPS/FOPS (SIM)
- MOTOR
- MOTOR DIESEL DE POTÊNCIA NOMINAL (110HP)
- CAPACIDADES DE ABASTECIMENTO
- RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL (240L)
- DIMENSÕES
- ALTURA DO EQUIPAMENTO (3.000mm)
- LAGURA MÁXIMA DO EQUIPAMENTO (2.324mm)
- (Único item com descrição máxima. Justifica-se essa solicitação tendo em vista que a máquina tem que ser transportada por caminho com capacidade de transporte nessa medida.
- COMPRIMENTO DO EQUIPAMENTO (5.600mm)
- LAGURA DO CILINDRO (2.130mm)
- DÍAMETRO DO CILINDRO (1.500mm)
- ESPESURA DA CHAPA DO CILINDRO (25mm) [...].”

Primeiramente, como se verá abaixo, a exigência de ângulo de direção e amplitude de vibração não encontra respaldo legal no § 1º, inc. I, art. 3º da Lei n. 8.666/93.

Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marrota – OAB/MG 130.639.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarciso de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Mireli Jaqueline Oliveira Leme Amaral – OAB/MG 103.442.
Nivia Andrezza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.349.
Adão José Fernandes Junior – Estagiário.
Debora Luis dos Santos Costa – Estagiária OAB/MG 43.337E.
Marina Helena Vieira da Silva – Estagiária OAB/MG 41.678E.
Mateus de Souza Silveiro – Estagiário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estagiário.
Thais Natere Souza dos Reis – Estagiária OAB/MG 43.286E.

pois tem o condão de impossibilitar a participação de interessados ou gerar efeitos aptos a acarretar a derrota de um licitante.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

- I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

O § 1º com arrimo no inciso I do dispositivo supra é claro ao estipular que “é vedado aos agentes públicos” incluir ou tolerar, nos instrumentos convocatórios, condições discriminatórias fundada em critérios não pertinentes e/ou não relevantes para o objeto da contratação. Trata-se, portanto, da baliza do administrador para estipular exclusivamente o mínimo necessário para assegurar a boa execução do futuro contrato, sem restringir a competitividade do procedimento licitatório.

Ademais, em que pese o objeto licitado exigir a adoção de tratamento discriminatório, isso não implica em autonomia à Administração para consagrar restrição excessiva, vez que esta deve atentar-se as especificações mínimas necessárias a fim de assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa.

Para tanto, imprescindível é a compatibilidade entre a restrição do objeto com o fim a qual ele se destina, e, portanto, deve a Administração justificar, de modo fundamentado, não apenas a necessidade de discriminar, mas também o limite mínimo da discriminação. O que, frisa-se, não foram observados no presente certame.

Nesse sentido, as descrições alusiva ao ângulo de direção e amplitude de vibração mostram-se excessivas, porquanto carecem de limite mínimo. O que prejudica sobremaneira o caráter competitivo da licitação, observando-se, como valiosa referência, os pressupostos do art. 15, I, da Lei n. 8.666/93.

Este é um ponto importante: as exigências quanto à especificação técnica devem ser obrigatoriamente motivadas e também divulgadas. Na fase interna do certame, os dados requeridos, quanto à especificação técnica do objeto licitado, devem estar devidamente motivados.

E não obstante a ausência de fundamento e motivação para tal exigência, bem como o fato de já ter sido solicitado esclarecimento, a Administração entende por bem mantê-la, em detrimento do princípio da autotutela administrativa.

Quanto à divulgação desses motivos, cabe mencionar específica orientação do TCU, segundo o qual, certas exigências quanto à capacidade técnica são ilegais, reiterando seu entendimento no sentido de que se consigne⁶:

No respectivo processo, expressa e publicamente, os motivos dessa exigência, e demonstre tecnicamente que os parâmetros fixados são suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implique restrição ao caráter competitivo do certame.

⁶ TCU, TC 007.358/02, Acórdão 32/03.

Deste modo deve ser dada procedência a presente impugnação para suspender o prego e reformular as exigências contidas no edital, deixando de exigir requisitos que restrinjam a competitividade.

4.3. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS QUE COMPLEMENTAM E IMPEDEM O DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO, DO PREUIZO AO CARÁTER COMPETITIVO:

Assim, considerando-se que a Constituição Federal, bem como a Lei n. 8.666/93 autorizam apenas as exigências mínimas necessárias à satisfatória execução do objeto licitado, a solicitação editalícia do “anexo II – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta”, mormente no lote 02, merece ser revista pelo Administração, pois compromete o caráter competitivo do certame pelos fundamentos aqui expostos.

A Constituição Federal é composta por normas e princípios superiores em nosso ordenamento jurídico, prescreve em seu art. 37 que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles entende por princípio da impessoalidade:

“Ou princípio da finalidade é aquele que estabelece sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: o interesse público, tudo que apartar desse interesse terá sofrido desvio de finalidade.”

Todo e qualquer ato da administração deve observar a finalidade pública e o administrador “fica impedido de buscar outro objetivo ou praticá-lo para interesse próprio ou de terceiros”. Veda-se desta forma, a prática de ato administrativo sem interesse público, visando unicamente a satisfazer interesses privados por favoritismo ou perseguição.

Ocorre que ao se admitir o Edital no estado em que se encontra, com as referidas cláusulas impugnadas, terá a administração pública cometendo um grave erro de mensurável reparação, pois tanto a IMPUGNANTE como o restante das empresas licitantes não terão como preencher os requisitos das cláusulas impugnadas.

Não obstante, sobre o **Princípio da moralidade**, Celso Antônio Bandeira de Mello entende que:

[...] de acordo com ele, a administração e seus agentes tem de atuar na conformidade de princípios éticos, violá-los implicará na violação do próprio Direito, configurando ilicitude [...]

Caminham junto ao Princípio da Moralidade os Princípios da Lealdade e da Boa-Fé, que dita a Administração Pública a obrigação de proceder em relação aos administrados com sinceridade e franqueza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, evado de malícia, produzindo de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte do cidadão.

A Administração Pública também é regida pelo princípio da finalidade, que por seu conceito a sujeita ao dever de alvejar sempre a finalidade normativa, adscrevendo-se a ela. Este princípio é uma inerência do princípio da legalidade, está nele contido, pois corresponde a lei tal qual é, ou seja, em vista do qual foi editada, por isso pode-se dizer que tomar uma lei como suporte para ato desconforme a sua finalidade, não é aplicar a lei mas sim desvirtuá-la.

Portanto a adequação do referido Edital em todos os termos impugnados pela IMPUGNANTE torna-se essencialmente necessária, devendo o administrador público agir com moralidade e reformar tais quesitos.

Nesse sentido, é vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, nesse sentido⁷:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1a Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: [...] 9.4.2. nos termos do art. 20 da Resolução Senac n. 845/2006, abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios excessivo detalhamento do objeto, de modo a evitar o direcionamento da licitação ou a restrição de seu caráter competitivo, justificando e fundamentando quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores dos bens ou prestadores do serviço objeto do certame.

Ademais, a boa-fé é um estado (subjetivo), ou regra de conduta (objetivo), isto é, um dever – dever de acordo com determinados padrões, socialmente recomendados, de correção, lisura, honestidade para não frustrar a confiança legítima da outra parte, especialmente quando se trata de relações entre o poder público e o cidadão.

Boa-fé e lealdade ou a boa-fé e a confiança são expressões que reatam a tutela das legítimas expectativas da contraparte em uma relação, sobretudo tratando-se de relações entre a administração pública e seus cidadãos.

⁷ AC-1508-16/07-1 Sessão: 29/05/07 Grupo: I Classe: II Relator: Ministro MARCOS BEZERRER - Tomada e Prestação de Contas - Iniciativa Própria



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marinho – OAB/MG 130.633.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarcísio de Paiva Costa – OAB/MG 51.390 e OAB/SP 304.780.
Márcio Jaqueline Oliveira Leite Amaral – OAB/MG 103.442.
Nivea Andrezza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Estágário.
Dulcira Lali dos Santos Costa – Estágária.
Márcia Helena Vieira da Silva – Estágária OAB/MG 43.337E.
Mateus de Souza Silveiro – Estágário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estágário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estágária OAB/MG 43.286E.

Embora tanto a boa-fé subjetiva, como a objetiva, possuam a ideia de tutelar a confiança, na primeira se resguarda a confiança de quem acredita em uma situação aparente, já na segunda, ou seja, a objetiva a de quem acreditou que a outra parte procederá de acordo com os padrões de conduta exigíveis.

Se na boa-fé subjetiva há um elemento subjetivo, na boa-fé objetiva existe um segundo elemento, que é o dever de conduta de outrem.

A inexistência de boa-fé subjetiva caracteriza sempre uma atuação dolosa ou pelo menos culposa, portanto uma atuação não conforme aos deveres de conduta impostos pela boa-fé objetiva, quem não está em estado de ignorância (aspecto subjetivo) e, apesar disso, age, sabendo ou devendo saber que vai prejudicar direitos alheios, procede (aspecto objetivo) necessariamente de má-fé.

Da mesma forma, se não conhece, mas tinha obrigação de conhecer, o seu estado de ignorância será irrelevante, e ela ao proceder, infringirá o dever (objetivo) de respeitar a boa-fé. Assim, a atuação em desconformidade com os padrões de conduta exigíveis caracteriza sempre antijudicialidade e gera obrigação de indenizar.

No caso concreto o prosseguimento do prego na maneira em que se encontra redigido o Edital é impróprio e ilegal, vez que os requisitos destacados e impugnados são difíceis de comprovação pelas empresas licitantes e pela IMPUGNANTE, uma vez que se destinam a uma única empresa.

A desigualdade das partes (Estado e cidadão) se deve a uma necessidade imposta pelo próprio serviço prestado a interesses gerais que não só não excluem o princípio da boa-fé, mas ao contrário, exigem sua maior vigência.



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.283.
Danielle da Silva Marinho – OAB/MG 130.633.
Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luiz Tarcísio de Paiva Costa – OAB/MG 51.390 e OAB/SP 304.780.
Márcio Jaqueline Oliveira Leite Amaral – OAB/MG 103.442.
Nivea Andrezza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Estágário.
Dulcira Lali dos Santos Costa – Estágária.
Márcia Helena Vieira da Silva – Estágária OAB/MG 43.337E.
Mateus de Souza Silveiro – Estágário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Estágário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Estágária OAB/MG 43.286E.

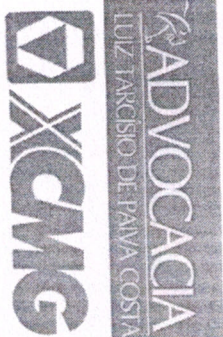
Com efeito, os valores de lealdade e moralidade são especialmente necessários nas relações da Administração com os administrados, tanto é que a nossa atual Constituição Federal enfatiza-os ao expressá-los como princípios da Administração Pública, (art. 37, II). A Administração Pública e o administrado devem adotar um comportamento leal em todas as fases da constituição das relações, em direitos e deveres, e inclusive quando da extinção, fazendo-a suportar os efeitos.

É constitucionalmente assegurado ao cidadão a aplicação deste princípio, que permite ao administrado a confiança de que a Administração não vai exigir-lhe mais do que o estritamente necessário para a realização dos fins públicos almejados.

A boa-fé da Administração frente ao cidadão consiste na confiança de que esta, não só não vai ser desleal, mas também que tampouco vai propiciar benefícios a outros cidadãos em seu prejuízo, por atos contrários à boa-fé.

No presente caso tem-se a caracterização da má-fé da administração pública:

- Em considerar como necessários e obrigatórios a especificação técnica de ângulo de direção alto, porquanto assegura discriminação desproporcional a obtenção da contratação mais vantajosa, pois furtiva o caráter competitivo do certame, na torpe tentativa de, reter-se, beneficiar alguns particulares.
- Do mesmo modo, em considerar necessários especificações técnicas com limite mínimo da amplitude de vibração superior ao produzido no mercado interno, o que prejudica sobremaneira o caráter competitivo da licitação.



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.783.
Danielle da Silva Matos – OAB/MG 130.639.
Luz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luz Tarcísio de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Márcio Jaqueline Oliveira Leite Amari – OAB/MG 103.442.
Nívea Andreza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Exatário.
Débora Lúis dos Santos Costa – Exatário.
Marina Helena Vieira da Silva – Exatário OAB/MG 43.337E.
Mateus de Souza Siqueira – Exatário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Exatário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Exatário OAB/MG 43.286E.

c) Por prescrever especificações exclusiva da marcas Caterpillar e Ammann, modelos CP54B e ASC110D, desprovido de fundamento específico que justifique suas restrições. O que constitui irrefutável indício de direcionamento.

d) Em proceder com afeição ao prescrever algumas exigências mínimas, na torpe tentativa de consagrar as especificações mínimas dos modelos CP54B e ASC110D, respectivamente.

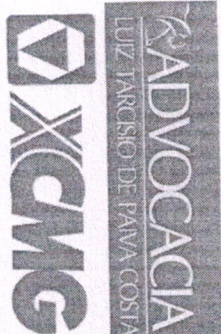
Por todo o exposto, está caracterizado a verossimilhança das alegações sobre a violação dos princípios legais, e desatendidos os pressupostos básicos de toda e qualquer concorrência pública, dentre eles, o tratamento isonômico a todos aqueles que pretendem participar do certame, em detrimento do caráter competitivo, isto porque houve direcionamento para uma única marca.

Para tanto, a solicitação editalícia do “anexo II – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta”, mormente no lote 02, merece ser revista pela IMPUGNADA, pois compromete o caráter competitivo do certame, porquanto as especificações constantes se revelam semelhantes aos modelos CP54B e ASC110D, da marca Caterpillar e Ammann, respectivamente, o que em termos práticos predetermina provável vencedor, em detrimento aos preceitos da legislação de regência.

V. DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer a IMPUGNANTE:

- Que seja recebida e processada a presente impugnação, porquanto adequado e tempestivo.



Carolina Coelho Junqueira Ferreira – OAB/MG 81.783.
Danielle da Silva Matos – OAB/MG 130.639.
Luz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094.
Luz Tarcísio de Paiva Costa – OAB/MG 51.190 e OAB/SP 304.780.
Márcio Jaqueline Oliveira Leite Amari – OAB/MG 103.442.
Nívea Andreza de Oliveira Costa – OAB/MG 151.407.
Thais Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369.
Adão José Fernandes Junior – Exatário.
Débora Lúis dos Santos Costa – Exatário.
Marina Helena Vieira da Silva – Exatário OAB/MG 43.337E.
Mateus de Souza Siqueira – Exatário OAB/MG 41.678E.
Pedro Augusto Machado – Exatário.
Thais Rafaelle Souza dos Reis – Exatário OAB/MG 43.286E.

b) Que a resposta referente a presente impugnação seja enviada ao e-mail: luizhsc@hotmail.com com cópia para os e-mails: ajfernandesjr@gmail.com, bem como toda e qualquer intimação a ser feita à IMPUGNANTE.

c) A notificação do Ministério Público Estadual, para que tome conhecimento das irregularidades questionadas, uma vez que a Impugnante também promoverá a competente notificação;

d) A representação ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, para que tome conhecimento das irregularidades questionadas.

e) Que seja suspensa a licitação para adequação do EDITAL, suprindo as ilegalidades ora questionadas, republicando-se seu texto e reabrindo novo prazo.

f) Que seja acatada a presente impugnação, julgando procedentes todos os seus pedidos, determinando-se a reformulação do Edital de modo que não restrinja de forma ilegal a competição e nem tão pouco direcione o certame a uma determinada marca.

Nestes Termos.

Pede Espera Deferimento.

Pouso Alegre, 15 de Março de 2017

JOSIANE PESSI
OAB/RS 68.044

Rolo Compactador Vibratório	PADRÃO	XCMG XS123PDBR	DYNAPAC CA250PD	DYNAPAC CA250PD-II	DYNAPAC CA2500PD	CAT CP54B	BOMAG BW212PD-40	AMMANN ASC 110D
PESO OPERACIONAL	10400 kg	12400	11600	11600	11022	11135	13320	11490
VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO	05 km/h	(1)0-5,8 (2)0-11,8	0-5	0-5	0-5	0-11,2	(1)0-6 (2)0-10	0-5,5
ÂNGULO DE DIREÇÃO/ ARTICULAÇÃO	34°	±33°	±38°	±38°	±38°	±34°	±35°	±36°
ÂNGULO DE OSCILAÇÃO	08°	±10°	±09°	±09°	±09°	±15°	±12°	±12°
AMPLITUDE DE VIBRAÇÃO NOMINAL (ALTA/BAIXA)	(1,7/0,8 mm)	1,6/0,8	1,6/0,8	1,6/0,8	2,0/1,09	1,9/0,88	1,84/0,92	1,85/1,15
ANALISADOR OU MEDIDOR PARA CONTROLE DE COMPACTAÇÃO		SIM - OPCIONAL	SIM	SIM	SIM	SIM - OPCIONAL	SIM - OPCIONAL	SIM - OPCIONAL
FREQUÊNCIA DE VIBRAÇÃO	30 Hz	33	33	33	33	23,3/30,5	30/36	32/35
FORÇA CENTRÍFUGA/ IMPACTO (ALTA/BAIXA)	(234/ 133) kN	305/152	300/146	300/146	260/150	266/133	310/222	277/206
CABINE ROPS FOPS		OK	OK	OK	OK	OK	SIM -	SIM -
MOTOR DIESEL DE POTÊNCIA NOMINAL	110 hp	130	110	110	130	129,4	130	160
RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL	240 L	240	250	250	272,5	242	250	410
ALTURA MÍNIMA DO EQUIPAMENTO	3.000 mm	3200	3018	2977	2971,8	3110	2985	3070
LARGURA MÁXIMA DO EQUIPAMENTO	2.324 mm	2300	2324	2344	2311	2300	2250	2258
COMPRIMENTO DO EQUIPAMENTO	5.600 mm	5970	5604	5550	5994	5850	5840	5780
LARGURA DO CILINDRO	2.130 mm	2130	2130	2130	2311	2134	2130	2130
DIÂMETRO DO CILINDRO	1.500 mm	1513	1523	1523	1498,6	1549	1480	1500/1640
ESPESSURA DA CHAPA DO CILINDRO	25 mm	25	25	25	25	25	25	25/20